



XVIII SIMPURB  
Simpósio Nacional  
de Geografia Urbana 2024 Niterói

Uma agenda para  
a democratização  
da cidade

3 a 7 DEZ

Universidade Federal Fluminense  
Instituto de Geociências - Campus da Praia Vermelha

GT – “03”: “Brasil não-metropolitano: temporalidades e espacialidades urbanas”

## SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E OS ESTIGMAS NA PERIFERIA DE TRÊS LAGOAS-MS

Patrícia Helena Milani  
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
E-mail: patriciah.milani@gmail.com

Jaiane da Silva Souza  
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
E-mail: jaianeufms@hotmail.com

*A cidade se divide e de sua utopia universalista se  
arrancam pedaços que uns consideram estranhos  
porque justamente ali estão os outros.*

Beatriz Sarlo

### RESUMO:

Tendo o cotidiano e as práticas espaciais enquanto dimensões de análise, neste texto apresentamos algumas discussões acerca das experiências espaciais de moradoras de dois conjuntos habitacionais verticais de Três Lagoas (Mato Grosso do Sul) para analisar o processo de segregação socioespacial. Do ponto de vista metodológico nos baseamos sobretudo em instrumentos qualitativos, entrevistas com roteiros semiestruturados e observações combinadas às elas. Verificamos que a dimensão subjetiva deve ser considerada quando analisamos a segregação socioespacial nas cidades, uma vez que os estigmas territoriais não são somente fontes de desvantagens as moradoras das periferias, mas ao mesmo tempo são instrumentos de diferenciação social produtora de uma violência simbólica que reproduz e consolida as relações de poder espacializadas (SARAVÍ, 2008) que em muitas circunstâncias são naturalizadas na cidade.

**Palavras-chave:** Segregação socioespacial; Estigmas; Três Lagoas-MS.

## 1. INTRODUÇÃO

---

A dicotomia centro-periferia remete a um mundo organizado diferentemente pelo capitalismo, em que o centro e a periferia são dois componentes de uma ordem social sustentada em uma evidente desigualdade econômica, social, política e territorial (HIERNAUX E LINDÓN, 2004).

Parte significativa das cidades brasileiras vivenciam um processo de expansão territorial e a formação de periferias pobres concomitantemente à instauração de espaços residenciais fechados de médio e alto padrão de consumo. Essas são algumas das tendências, sobretudo do ponto de vista da moradia. Há inclusive a possibilidade de que se altere a relação “centro-periferia”, que orientou a lógica de produção do espaço urbano e as práticas espaciais dos sujeitos sociais durante muito tempo (SPOSITO, 2006).

Dada a consolidação de conjuntos habitacionais no contexto brasileiro, sobretudo aqueles ligados ao Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida, reconhecemos a necessidade de compreender como esses espaços de moradia são vivenciados pelos moradores e geram o processo de segregação socioespacial<sup>1</sup>, levando em conta as dimensões objetiva e subjetiva do processo.

A escolha pela escala do cotidiano se deve à necessidade de compreensão de um espaço subjetivo, crítico e autônomo em relação à discursividade oficial do estado. O enfoque no micronível nos ajuda a deslocar narrativas hegemônicas sobre o que são as periferias, que, neste caso, se conformam com a constituição dos conjuntos habitacionais. O foco na subjetividade periférica ajuda a observar as dinâmicas sociais que podem ser menos explícitas ou

---

<sup>1</sup> A segregação socioespacial é um processo de separação que envolve de maneira inerente a dimensão espacial, implicando o rompimento, sempre relativo, entre a parte segregada e o conjunto do espaço urbano, dificultando, dessa forma, as relações e articulações que movem a vida urbana. (SPOSITO, 2013, p. 65).

autoevidentes quando a escala de análise é mais ampla e a análise do processo de segregação se dá apenas pela identificação de certa homogeneidade social entre os moradores.

Do ponto de vista metodológico, pautamo-nos na metodologia qualitativa, sobretudo na realização de entrevistas com roteiros semiestruturados com moradoras dos conjuntos habitacionais pesquisados para apreender suas práticas espaciais cotidianas. Os roteiros foram organizados por assuntos. Para o tratamento das informações geradas por meio das entrevistas, utilizamos o método da decodificação – um processo deliberado e reflexivo de categorização dos conteúdos – para estabelecermos temas a serem analisados em diálogo com o aporte teórico (GIBBS, 2009).

Lembramos que as entrevistas não têm como finalidade um levantamento “censitário” de informações e dados, ou seja, não pretende produzir amostras estatísticas. Nosso envolvimento não é na coleta, mas na produção das informações, como é próprio da pesquisa qualitativa, cujo foco são as interações humanas, com todos os seus humores, temores – enfim, toda intromissão da subjetividade de sujeitos em interação. A relação pesquisador/pesquisado não é sem importância para os resultados que a pesquisa pode produzir (TURRA NETO, 2012).

Este texto está alicerçado na análise do que nos comunicaram seis mulheres: Carmen, Fabiana, Karen, Maria, Mirian e Sônia, moradores dos Conjuntos Habitacionais Novo Oeste e Orestinho. Os nomes que utilizamos neste texto são fictícios, para proteger a privacidade de cada uma. Por meio do Quadro 1 mostramos de forma sistematizada algumas informações das entrevistadas.

**Quadro 1: Informações sobre as moradoras entrevistadas**

Entrevistadas	Idade	Conjunto Habitacional	Ocupação
<b>Carmen</b>	37 anos	Novo Oeste	Trabalha em serviços gerais em uma escola privada
<b>Fabiana</b>	21 anos	Novo Oeste	Estudante da UFMS. No momento da entrevista disse que estava à procura de emprego
<b>Karen</b>	24 anos	Orestinho	Estudante da UFMS <sup>2</sup> (pós-graduação)
<b>Maria</b>	28 anos	Novo Oeste	Agente comunitária de saúde
<b>Mirian</b>	28 anos	Novo Oeste	Estudante da AEMS <sup>3</sup> e faz estágio na área de Psicologia
<b>Sonia</b>	22 anos	Orestinho	Secretária

Organização: Patrícia H. Milani, 2021.

Elegemos as experiências vividas para entender a relação das moradoras com a cidade e com o próprio espaço de moradia. A pesquisa qualitativa, crítica, consegue trabalhar com os

<sup>2</sup> Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

<sup>3</sup> Faculdade privada.

jogos que produzem o espaço e que podem encobrir vozes subalternas e situações espacializadas muitas vezes pouco evidentes nas pesquisas urbanas.

As entrevistas foram agendadas com cada entrevistada, gravadas com autorização e posteriormente transcritas. A metodologia qualitativa e, neste caso, mais especificamente as entrevistas, nos possibilitou apreender os significados do espaço que não se apresentam por si mesmos, já que são produzidos nas práticas espaciais dos sujeitos, ao mesmo tempo em que as práticas são por eles influenciadas. As informações que geramos<sup>4</sup> por meio das entrevistas nem sempre correspondem às práticas tais como ocorreram, mas sim a uma reconstrução do vivido frente ao pesquisador, em uma situação de entrevista. O que registramos é resultado da observação efetuada pelo sujeito sobre suas próprias ações, e não as ações, práticas enquanto tais (BOURDIEU *et al.*, 2007).

Do ponto de vista quantitativo, utilizamos dados secundários obtidos por meio de órgãos oficiais<sup>5</sup>, o que nos auxiliou a compreender a conformação desses espaços de moradia e suas dimensões físicas.

Foi com base na apreensão e na compreensão das múltiplas relações que as entrevistadas travam em relação à cidade, oriundas de seus espaços de moradia na periferia urbana, que procuramos desenvolver o texto, tendo a pretensão de construir um marco interpretativo que permita relacionar as práticas espaciais ao espaço urbano.

## **2. UMA CARACTERIZAÇÃO DOS CONJUNTOS HABITACIONAIS**

---

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o déficit habitacional no Brasil é de 7 milhões de famílias. Sem possuir casa própria, elas vivem de aluguel e/ou em locais impróprios, em situação de risco. Os programas sociais de habitação dos governos federal e estadual visam reduzir esse número ao fornecer moradias a famílias de baixa renda.

Inúmeras ações constituem programas de governos em diferentes períodos, como no caso do Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida (PMCMV), lançado em 2009 e

---

<sup>4</sup> As distintas abordagens qualitativas têm como importante assertiva em comum que suas informações não têm uma materialidade imanente; ao contrário, só existem porque são construídas, são coproduzidas nas singulares interações entre o sujeito pesquisado e o pesquisador (DESLANDES e COUTINHO, 2020).

<sup>5</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), Secretaria de Habitação Municipal de Três Lagoas (SHM), Ministério do Trabalho (MTE) e Ministério das Cidades (MCidades).

fundamental para aquecer a economia<sup>6</sup> em crise naquele período, nas palavras de Maricato (2019). O PMCMV foi criado no ano de 2009 e está disposto na Lei nº 11.977/2009, sendo alterado em 2011 com a Lei nº 12.424. Teve como objetivo central reduzir o déficit habitacional no país, mas também criar um contexto econômico que estimulasse o crescimento do mercado formal de habitação e crédito e gerar empregos, sobretudo no setor da construção civil.

Porém, compreendemos, assim como Abreu e Stoian (2019), o PMCMV como parte de um processo de disputa pelo direito à cidade, que toma as particularidades de seu momento histórico e faz emergir alguns questionamentos associados à superação da contradição entre o avanço das condições para o acesso à moradia de um lado e, de outro, a manutenção de uma estrutura espacial que mantém um quadro de precarização das condições espaciais da moradia nas cidades brasileiras.

Ainda assim, nem todos os programas habitacionais trouxeram e trazem o retorno desejado, o que é uma contrapartida ligada principalmente ao objetivo de diminuir o déficit habitacional no país. Da criação da Fundação da Casa Popular até o Banco Nacional de Habitação, foram diversos os programas que tiveram este objetivo, mas sempre houve contradições internas.

O processo de criação e desenvolvimento do PMCMV no Brasil tem reunido uma crescente bibliografia que versa sobre os resultados no processo de produção do espaço urbano decorrentes do programa no amparo de um movimento de ampliação do mercado privado da habitação, assim como verificado por Abreu e Stoian (2019).

Parte significativa das pesquisas e análises nesse âmbito se direciona às estratégias econômicas voltadas à produção de habitações, às estratégias imobiliárias e ao consumo dessas moradias. Neste texto privilegiamos a dimensão dos sujeitos sociais – sem desconsiderar o âmbito econômico – de forma a dar visibilidade às diversas experiências daqueles que vivenciam socioespacialmente a atuação e a aplicação do PMCMV, bem como seus desdobramentos no espaço urbano, sobretudo no plano do cotidiano vivido e originado na periferia da cidade.

Na cidade Três Lagoas, no Estado de Mato Grosso do Sul – nosso recorte empírico –, de acordo com o IBGE, 32% dos habitantes possuem residência própria. O total é de

---

<sup>6</sup> Conforme entrevista de Ermínia Maricato, professora aposentada da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP), que estuda o programa desde sua criação, cedida ao UOL em dezembro de 2018. Disponível em: <<https://tab.uol.com.br/edicao/casa-cidade/>>. Acesso em: 15 out. 2021.

132.152 habitantes (Censo 2022). Desse percentual de residências, 3% são ocupadas por mais de três pessoas, ou seja, uma parcela significativa dos moradores de Três Lagoas não possui residência própria, como demonstrou a pesquisa de Almeida (2021).

Os governos municipais de Três Lagoas em períodos e gestões diferentes aderiram a programas sociais de habitação para cidadãos que não possuem condições financeiras para adquirir sua casa própria. Atualmente são 3.574 famílias atendidas pelo programa de habitação social da Prefeitura de Três Lagoas em parceria com os governos estadual e federal (MILANI e ALMEIDA, 2021).

Até 2011, ano em que tiveram início as obras do primeiro conjunto habitacional vertical da cidade de Três Lagoas (Novo Oeste), os conjuntos habitacionais eram horizontais. Em 2013, 1.224 apartamentos foram entregues pertencentes ao Conjunto Habitacional Novo Oeste, e mais 1.432 pertencentes ao Conjunto Habitacional Orestinho foram entregues em três etapas, a última concluída em outubro de 2016<sup>7</sup>. O croqui da Figura 1 mostra a localização dos conjuntos habitacionais estudados.

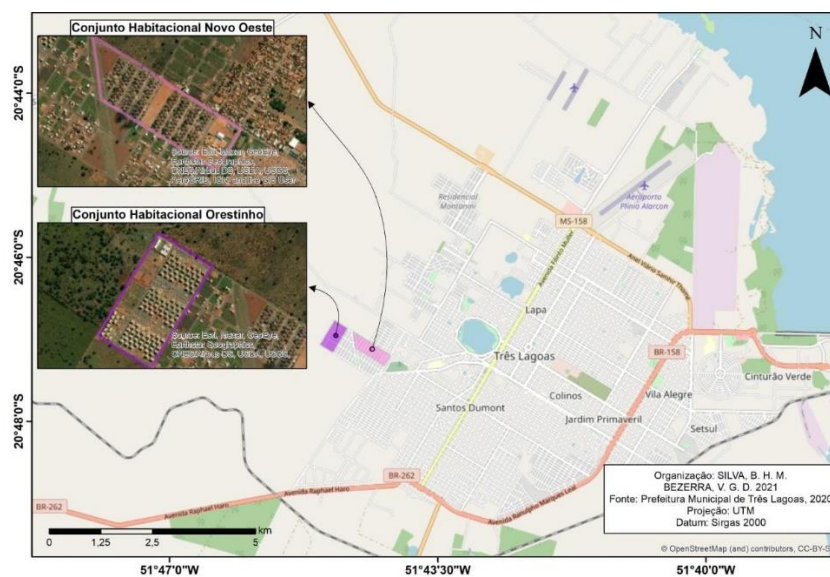


Figura 1 – Três Lagoas (MS): localização dos espaços pesquisados que conformam parte da periferia da cidade.

As moradias dos conjuntos habitacionais horizontais de Três Lagoas, lançados anteriormente aos verticais, pertencem ao Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e se destinam a pessoas com renda de zero a três salários-mínimos (ALMEIDA, 2021).

<sup>7</sup> Segundo dados da Secretaria Municipal de Habitação da Cidade de Três Lagoas (MS). Disponível em <[www.treslagoas.gov.br/habitacao](http://www.treslagoas.gov.br/habitacao)>. Acesso em: 15 out. 2021.

Os conjuntos habitacionais verticais pertencem ao Programa de Subsídio Habitacional (PSH) para pessoas com renda entre zero e um salário-mínimo. Todos são construídos em parte com recursos do PMCMV.

O Conjunto Habitacional Novo Oeste é dividido em oito condomínios. Cada bloco equivale a um condomínio. Cada condomínio é composto por blocos de dois pisos – térreo e um andar – e cada bloco possui 4 apartamentos. Os blocos são cercados por alambrados, e o limite de um para o outro é uma rua. Cada condomínio possui uma portaria, que funciona ou não: isso depende se os moradores pagam as taxas de condomínio<sup>8</sup>. Cada apartamento dispõe de 42 m<sup>2</sup> de área construída divididos em cozinha/lavanderia, sala de estar, 2 quartos e 1 banheiro. Por sua vez, as 1.432 unidades habitacionais do Conjunto Habitacional Orestinho, são distribuídas em três condomínios, cujos apartamentos possuem características semelhantes aos do Novo Oeste.

Falamos aqui da conformação de uma periferia<sup>9</sup> com certas particularidades em relação à periferia descrita por Martins (2001) dos anos de 1990 da cidade de São Paulo. Para ele, a periferia, conformada após a consolidação dos subúrbios, era constituída pela precariedade das construções e dos modos de vida, ruas e calçadas estreitas, “falta de plantas, muita sujeira e fedor” (MARTINS, 2001, p. 78), constituída na informalidade.

Aqui falamos de uma periferia conformada com a consolidação de conjuntos habitacionais, uma área dotada de certa infraestrutura (pavimentação, coleta de lixo, iluminação...)<sup>10</sup>, cujo principal agente produtor é o Estado, já que é responsável pela articulação com outros agentes, como promotores imobiliários e donos de terras, para a construção dos conjuntos<sup>11</sup>.

Isso não significa que não existam problemas urbanos nas áreas dos conjuntos, mas a visão defendida por meio deste trabalho não é a de um modelo reducionista de cidade e de

---

<sup>8</sup> Esta é uma das contradições, uma vez que as taxas de condomínio muitas vezes ultrapassam os limites do que os moradores podem pagar. Esta questão foi verificada nas pesquisas de Almeida (2021) e Bezerra (2021).

<sup>9</sup> Na América Latina, primeiro usou-se o termo “arrabalde” (até final do século XIX), com forte herança europeia. Logo em meados do século XX, começou a se utilizar a palavra “subúrbio”, com notável influência norte-americana. Desde a década de 1970, o mais usual tem sido falar em periferia, expressão com sentido e cunho latino-americano (HIERNAUX E LINDÓN, 2004).

<sup>10</sup> “Tem água encanada, luz, não tem oscilação, alguma coisa que às vezes no Interlagos, quando eu morava lá, tinha, tipo oscilação de energia, que às vezes caía, aqui não cai. Não sei se é porque é novo o bairro, né?! Mas a infraestrutura da fiação é melhor. A infraestrutura do condomínio é muito boa” (Fabiana, 21 anos, moradora do Novo Oeste).

<sup>11</sup> Para avançar neste debate, ver o livro: Minha casa... E a cidade? Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em Seis Estados Brasileiros.

periferia, que compreendemos como espaço polarizado em que o centro é bem servido por equipamentos e infraestruturas urbanas e habitado pela população de alta renda e a periferia é desprovida, habitada pelos mais pobres. Isso descartaria as formas de se “fazer cidade” (AGIER, 2015), de olhar para as diversas vivências e estratégias de vida dos moradores das periferias, assim como os comércios e serviços que se estruturam nessas áreas. A situação com a qual lidamos é mais complexa, e vemos mais do que pobreza e ausências na periferia: vemos solidariedades, potenciais (D’ANDREA, 2020)<sup>12</sup> e formas de se viver.

A maioria das análises tende a homogeneizar esses espaços de reprodução da vida, o que tencionamos neste texto é a possibilidade de compreender, no plano do cotidiano, a heterogeneidade que caracteriza a vida das moradoras e constitui parte dos conteúdos que conformam a periferia, a pluralidade que integra os dois conjuntos habitacionais, e como isso é visto pelos não moradores dessa área e compreendido pelas residentes, que vivenciam no âmbito da cidade a dimensão subjetiva da segregação socioespacial.

### **3. “(...) ACHO QUE É UMA IMPRESSÃO MUITO FORTE QUE AS PESSOAS TÊM, MAS NUNCA PRESENCIEI NADA, NUNCA ME ACONTECEU NADA”**

---

De forma conjunta à produção social do espaço urbano em uma sociedade capitalista, está a distribuição desigual da riqueza nos distintos territórios, assim relacionada ao processo de segregação socioespacial e à conformação de áreas periféricas. A existência da periferia é um dado e uma condição objetiva (D’ANDREA, 2020), mas é também um espaço que designa de certo modo uma posicionalidade dos sujeitos sociais da cidade, com base no lugar em que moram.

No caso da cidade de São Paulo, “intelectuais passaram a denominar periferia um território geográfico cujas principais características eram pobreza, precariedade e distância em relação ao centro” (D’ANDREA, 2020, p. 20), o que gerou o “periferismo” (MARTINS, 2001), praticamente uma doutrina pobre da pobreza, como mencionamos na seção anterior. Segundo Martins (2001, p. 80), a maioria dos autores que tratam do tema “periferia” considera que a realidade social do trabalhador se limita à fábrica, ao trabalho e à dura realidade da extração da

---

<sup>12</sup> O autor faz importantes contribuições em como a arte, sobretudo o movimento rap, ajudou na construção do conceito de periferia para os sujeitos e sujeitas periféricos de São Paulo: aos poucos, o significado de periferia passava a englobar também cultura e potência: “os sentidos do conceito se alargavam, incluindo ainda atributos positivados”. (D’ANDREA, 2020, p. 25).

mais-valia. O trabalhador é um condenado ao nada, nos termos do autor. E, por conseguinte, “a periferia é sinônimo de degradação, exclusão, pobreza e problemas” (MARTINS, 2001, p. 83), algo que ela é em partes ou nem sempre é.

Alinhadas à crítica de Martins (2001), pesquisas antropológicas lançaram novos olhares para a periferia para incluir os modos de vida e o imaginário das populações (ZALUAR, 1985) de modo a oferecer vozes aos moradores dessas áreas e escrever a história “ao contrário”, ou seja, do ponto de vista da periferia, com base no que vivem, social e espacialmente, seus moradores. D’Andrea (2020, p. 29) propõe uma “epistemologia periférica”, em que um elemento importante é a passagem de sujeitos sociais moradores da periferia de objeto de estudo a sujeito do conhecimento: “o acesso à universidade possibilitou que a população periférica questionasse o papel de objeto de estudo a ela antes relegado, passando a produzir conhecimento”.

A periferia de que tratamos neste texto é uma área em conformação, ou seja, a implementação dos conjuntos habitacionais criou uma série de comércios e serviços no entorno. Conforme surgiu em algumas narrativas desta pesquisa e foi verificado na investigação de Bezerra (2021)<sup>13</sup>, parte significativa das necessidades da vida cotidiana das moradoras é resolvida no próprio entorno dos conjuntos, sobretudo práticas espaciais ligadas ao consumo mais imediato. Há a conformação de uma economia popular periférica e, sobretudo, estratégias residenciais e familiares associadas a essa economia (HIERNAUX E LINDÓN, 2004). Alguns apartamentos foram refuncionalizados para atividades ligadas ao comércio.

Tem gente que abre na frente é... por exemplo, tem gente que aumentou a garagem e vende, faz tipo uma mini conveniência, então vende bebida, doce, salgado, vende lanche, tem uns *trailers* que ficam nas esquinas. Aqui mesmo no meu, tinha um *trailer* bem grande que o rapaz vendia lanche e era muito, muito bom inclusive saudades [*risos*], mas ele foi embora, agora tem uma moça que vende... pastel e caldo de cana e ela fica o dia todo trabalhando ali (Mirian, 28 anos, moradora do Novo Oeste).

Por isso tencionamos a ideia de que a periferia seja um bairro dormitório, monofuncional, desprovido de tudo, já que isso não se sustenta na prática cotidiana e embaralha visões dicotômicas de cidade (RIZEK *et al*, 2015).

---

<sup>13</sup> A pesquisa revelou a existência de inúmeros comércios e serviços tanto no entorno dos conjuntos como nas vias internas dos condomínios/blocos. São pequenos comércios instalados pelos próprios moradores – espetinhos, lanches, venda de bolo no pote, caldo de cana, costureira, crocheteira, etc.

A tradicional polarização entre zonas centrais bem providas e periferias carentes tornou-se ainda mais complexa também em cidades não metropolitanas, como Três Lagoas. Isso não quer dizer que territórios da cidade deixaram de espalhar a pontiaguda e segregativa hierarquia socioeconômica e urbana imperante na sociedade brasileira (RIZEK *et al*, 2015, p. 309), que se revela de diversas e complexas formas. Há um descompasso entre a vida cotidiana das periferias e as representações sociais de não moradores em relação a ela. Iniciamos este debate com as falas de Mirian<sup>14</sup> e Fabiana, moradoras do Novo Oeste, que vivenciam diariamente as representações sociais homogeneizantes construídas em relação aos conjuntos habitacionais e, por conseguinte, aos seus moradores:

[Como é o seu conjunto?]

Eu ouvia muitas coisas negativas daqui<sup>15</sup>, principalmente **quando eu comentava nas escolas que eu estagiava, que eu morava aqui e as pessoas comentavam “nossa é muito perigoso, você mora lá nos predinhos?”** E eu tinha uma percepção assim, que não era desse jeito. Quando eu passei a morar aqui de fato, eu comecei a ver que sim tem um problema de criminalidade, de você ter que se atentar a coisas básicas, por exemplo, porque as casas são bem mais próximas, não tem muro, apesar do apartamento que eu moro ter grade, então eu e o vizinho deixa fechado. É toda uma questão de cuidado que você tem que ter diário com essa questão de assalto. Mas a mobilidade de ir e voltar a noite, de madrugada, não tem risco aqui, **acho que é uma impressão muito forte que as pessoas têm**, mas nunca presenciei nada, nunca me aconteceu nada, diferente de Andradina, que é onde eu morava. Em Andradina eu fui assaltada, já entraram na minha casa três vezes. Então eu não sei se é porque eu já morava em Cohab, eu já sei, eu já morei em São Paulo, então essa questão de cuidado é uma questão que eu já trago comigo há bastante tempo. Aqui não me parece um lugar ruim, né?! E ouço ainda, **as pessoas têm uma visão de que só tem marginal e se você for reparar, criminalidade tem em todo canto**. Então vou colocar, seria 80, 90% pessoas que trabalham, não ficam em casa, você quase não vê... a minoria aqui é de gente trabalhadora (Mirian, 28 anos, moradora do Novo Oeste).

Ah, querendo ou não, tem muito preconceito. Acredito que a violência é muito grande aqui, todo mundo conversa, tipo assim: - Ah, onde você mora? – Eu moro no Novo Oeste. – Ah, mas lá é perigoso, né?! Tem a questão da criminalidade. Só que na verdade, não é assim. Realmente, todo lugar vai haver violência, vai haver criminalidade, mas aqui não é tão evidente assim, as pessoas acham que vão descer na rua e vão levar um tiro, essa é a verdade, mas não é assim (Fabiana, 21 anos, moradora do Novo Oeste).

<sup>14</sup> Mirian se mudou para o Novo Oeste há dois anos; mora com o namorado. Morava na cidade de Andradina, a aproximadamente 42 quilômetros de Três Lagoas. Segundo ela, viajava todos os dias para estudar e fazer o estágio. Em suas palavras: “[...] sai mais em conta morar em Três Lagoas”.

<sup>15</sup> A entrevista foi realizada de modo online devido à pandemia de covid-19. Mirian deu a entrevista do apartamento em que mora. Utilizamos a plataforma digital *Google Meet*.

As duas narrativas evidenciam, por um lado, as representações sociais de não moradores em relação aos conjuntos habitacionais, muito relacionadas à violência e, por outro, a vivência das moradoras, que afirmam o contrário, mas de todo modo lidam com algumas situações diárias em que necessitam explicar que não se trata de um espaço violento e perigoso. A dimensão subjetiva da segregação faz referência a um processo de construção social de certos sentidos quanto aos espaços de moradia gerada em primeiro plano pela dimensão objetiva da segregação. Por exemplo, as áreas com alta concentração de moradores pobres sempre são associadas a uma série de estigmas (SARAVÍ, 2008); há uma binômio entre pobreza e violência.

Os recortes analíticos da pesquisa surgem de duas dimensões: das práticas espaciais narradas e do diálogo com a teoria (RIZEK, 2015). Assim compreendemos pontos em comum nas falas: a) a presença dos estigmas territoriais (GOFFMAN, 2008) em relação aos “predinhos”, ou seja, em relação às moradoras dos conjuntos habitacionais Novo Oeste e Orestinho e b) a vivência diária que evidencia outros elementos que não sustentam as representações negativas em relação aos conjuntos, não são condizentes com elas.

Nesta pesquisa assumimos a expressão “predinhos”<sup>16</sup> para designar não apenas os conjuntos habitacionais, mas toda a área em que eles se localizam e os diferentes sentidos que a expressão carrega quando é pronunciada por moradores e não moradores. São os últimos que geralmente produzem e reproduzem estigmas territoriais em relação aos moradores dos conjuntos, uma visão homogeneizante e empobrecedora do espaço, como ficou evidente na narrativa de Mirian e das outras entrevistadas.

Eu acho que eles têm preconceito, porque tudo que acontece é lá. Realmente, em todo lugar tem os bons e tem os ruins, como lá não é diferente também. Então eu acho assim, como tudo acontece ‘Ah, tá lá, tá lá nos predinhos’. Então as pessoas têm um preconceito muito grande com lá<sup>17</sup>, e com certeza eles acham que lá é dessa forma, bagunçado, que todo mundo rouba todo mundo, que não sei o que, mas acho que é um preconceito que eles não conhecem, quem conhece sabe que lá é muito bom de se morar, muito bom de viver. (Carmen, 37 anos, moradora do Novo Oeste).

[Um tempo depois na entrevista, Carmen volta ao assunto:]

Se eu te falar a verdade, a verdade, a verdade, eu tenho vergonha às vezes de falar que eu moro lá. ‘Onde você mora?’ Eu falo: ‘Jardim Paraná’, que é o nome do bairro. Lá tem muito porcária sim, mas tem muita gente que trabalha,

<sup>16</sup> Assumimos as expressões que moradores e não moradores fazem em relação aos conjuntos habitacionais, e isso envolve a utilização de “termos nativos”, como proposto por Souza (2015), que sempre vêm carregados de sentidos e significados próprios.

<sup>17</sup> A entrevista foi realizada presencialmente no local de trabalho de Carmen, uma escola privada.

que corre atrás, que é pai de família que trabalha, entendeu?! Então assim, as vezes eu tenho vergonha, mas já me acostumei. (Carmen, 37 anos, moradora do Novo Oeste).

Combinadas às narrativas de Mirian e Fabiana, o que nos narrou Carmen abre a possibilidade de análise de uma implicação do processo de segregação socioespacial: a conformação de estigmas territoriais com rebatimentos na sociabilidade urbana<sup>18</sup> das moradoras, também ligada à dimensão simbólica do processo. Ou seja, o processo de segregação inclui uma condição relacional entre aqueles que o vivenciam. Não se trata de uma relação entre iguais, mas uma relação entre “nós” e os “outros”: outros diferentes, outros com mais ou menos oportunidades, outros integrados ou excluídos (SARAVÍ, 2008), inclusive outros perigosos.

La estructura espacial, la división social del espacio urbano, refleja, condensa, y retroalimenta una estructura social compleja en la que coexisten y se combinan procesos de diferenciación, desigualdad, y exclusión. Pero más aún, cómo la organización del espacio urbano, la distribución en él de sujetos socialmente posicionados, condiciona y es condicionada, refleja y responde, a los desafíos que plantea esta nueva sociabilidad urbana, a la construcción e interacción, al encuentro y la evitación con el ‘outro’. (SARAVÍ, 2008, p. 97).

A dimensão simbólica constitui uma força ativa da segregação socioespacial e ao mesmo tempo condiciona os encontros e os desencontros com os outros. Os estigmas criam, de certa forma, uma desigualdade naturalizada. Além disso, pela narrativa de Mirian e Carmen, apreendemos que o reconhecimento recíproco dos estigmas está presente e condiciona os encontros e as interações (SARAVÍ, 2008). Em muitas situações Carmen diz o nome do bairro em vez de usar a expressão “predinhos”. Vemos que o termo carrega os sentidos estigmatizados do espaço de moradia associado à violência e à criminalidade. No âmbito de algumas práticas diárias, Mirian falou sobre suas idas a uma academia que se localiza nas proximidades dos predinhos e afirma se sentir mais “à vontade” por uma questão de identificação.

Tem uma academia do lado do Thomé [um supermercado próximo]. A academia já tá no segundo dono, eu acho, e ele... assim, ele é uma pessoa bem carismática, ele conseguiu pegar muita gente aqui dos... dos predinhos, porque tinha gente que ou não fazia atividade física, porque tem muita senhora, muita dona de casa que tá indo pra lá, não se sentiam bem em ir em outra. Assim, é uma coisa que... e eu tenho uma amiga que fazia estágio comigo que trabalha lá agora né [na academia], ela fazia educação física e a gente estava comentando é... como é bom ter academias assim nos lugares, porque você vê que as vezes a pessoa não vai porque ela não tem meio de locomoção ou é muito caro ou elas se sentem assim... ‘ah, eu vou naquele lugar mas vai ter,

---

<sup>18</sup> Relação e interação social em diversos espaços na cidade, além do conjunto habitacional.

sei lá, só vai ter jovem, não me sinto bem'. Você vê assim, a faixa etária varia muito, a recepção que tem pra... população mesmo, combinar mesmo. Também é bem tranquila, acho que o fato de... do lugar não ser, aí como posso explicar? Tem academia que você vê que tem uma fachada, um tipo de recepção diferente... aqui não, aqui é... bem acolhedor, sabe? Tudo simples. Se colocasse alguma coisa muito “ah que chique”, não sei se as pessoas aqui iriam...Se sentiriam à vontade de ir, acho que não. (Mirian, 28 anos, moradora do Novo Oeste).

Para algumas práticas, como o uso diário da academia, Mirian prefere ficar nas proximidades dos predinhos. O estabelecimento tem êxito, pois atende as necessidades dos moradores dos predinhos, o que significa que há uma identificação entre eles e o espaço de atividade física por “ser mais simples” em relação a outras academias na cidade.

Mas, para outros afazeres diários, sobretudo aqueles ligados ao trabalho e lazer, Mirian não se restringe às proximidades dos predinhos. É aí que vemos uma complexificação das vivências espaciais dos sujeitos sociais, uma vez que não são estáticas. A cidade também é feita de movimento, o que nos faz contestar pensamentos normativos que, por sua vez, tendem a congelar as dinâmicas sociais (AGIER, 2015). Compartilhamos da crítica de Jirón *et al* (2010) de que em muitas análises os fenômenos urbanos são considerados estáticos, buscam compreender como a vida das pessoas se desenvolvem em localidades fixas e ignoram o movimento das pessoas para o trabalho, família, ócio e lazer e como elas se adaptam ou são adaptadas, restringem ou são restringidas.

Devido aos estigmas territoriais que as moradoras carregam, mesmo quando saem de seus espaços de moradias, elas necessitam se adaptar (“mas já me acostumei”, segundo Carmen) e tecer estratégias para driblar ou evitar alguns constrangimentos, sobretudo quando ocorrem os encontros com pessoas de outras classes sociais.

Carmen trabalha em uma escola privada de Três Lagoas no período da tarde e afirma “encontrar diariamente muitas pessoas com dinheiro da cidade”. Nesses encontros ela afirmou quase sempre dizer o nome do bairro em que mora para evitar dizer que mora “nos predinhos”. Não negamos que há uma relação hierárquica – empregada e patrão – nesses momentos, mas os encontros acontecem. Isso dá complexidade à vida urbana, pois os espaços de vivências das pessoas vão além dos espaços de moradias: envolvem os jogos necessários para driblar situações que podem ser constrangedoras, neste caso pelo espaço de origem de moradia de Carmen.

Isso confirma que residir em áreas homoganeamente pobres não necessariamente descarta a possibilidade de encontros com membros de classes privilegiadas em certas circunstâncias (SARAVÍ, 2008). Nesse caso, mesmo Camen não estando em seu espaço de moradia, ao dizer onde mora, ela explicita os estigmas; por isso opta por não dizer, para não ser vista como perigosa, confirmando as representações sociais negativas em relação aos predinhos. Esta é uma dimensão profunda da segregação socioespacial que os sujeitos sociais que a vivenciam carregam em suas corporeidades. Os estigmas associados aos espaços em que as pessoas residem estabelecem e afirmam que não somos todos iguais: “los estigmas territoriales crean la ilusión de estar escindidos de la estrutura social, y con ello plantean una desigualdad naturalizada” (SARAVÍ, 2008, p. 104).

Não é apenas a possibilidade de encontro que importa, mas também a densidade e a qualidade. A qualidade do encontro permite distinguir, por exemplo, o encontro de um médico em sua camionete com um trabalhador da construção civil que espera um ônibus, de um médico e um trabalhador da construção civil dividindo o transporte público que ambos usam habitualmente, ainda que em nenhum dos casos haja conversa entre eles (SARAVÍ 2008).

No âmbito das entrevistadas, o primeiro sentido de encontro exemplificado ficou evidente nas falas de Mirian e Carmen, que, no trabalho, encontram e convivem com pessoas de outras classes sociais, mas sempre em posições de hierarquia, o que de certo modo não permite espontaneidade nas relações. As outras possibilidades de encontros, sem relação hierárquica, são cada vez mais restritas na cidade.

Outra questão relevante que se coloca acerca dos estigmas territoriais construídos em relação aos predinhos são os prestadores de serviços como entrega de comida via aplicativo ou de transporte, como Uber, que muitas vezes recusam os pedidos.

Geralmente esses aplicativos eles não gostam muito de vir aqui nos predinhos. Porque eu ficava no grupo do condomínio, então assim, eram pessoas específicas que iam lá buscar. A mesma coisa delivery, muitas vezes eu... eu tenho até um print porque eu achei um absurdo, eu pedi um lanche era meia noite... eu sempre peço lanche no mesmo lugar porque eu conheço o dono, eles aceitaram o pedido e aí quando eles viram o endereço e o horário, por ser mais de meia noite, eles falaram que por motivos maiores eles não poderiam fazer a entrega nos predinhos. Então assim, e muitas vezes tinham pessoas que, vamos supor, aconteceu algum fato de roubar alguma coisa no condomínio daí eles entravam numa pauta assim ‘é por isso que as pessoas não querem vir entregar lanche, é por isso que você pede alguma coisa no aplicativo é recusado ou se você pede Uber eles não vêm’ por conta dessa fama que já tem. Então muitas vezes dependendo do horário já não conseguia

pedir mais nada, porque eles não iam e já foi umas duas vezes que isso aconteceu. (Karen, 24 anos, moradora do Orestinho).

Além da narrativa de Karen, as demais entrevistadas citaram alguns ocorridos em que não foram atendidas por alguns serviços de entrega e de transporte sem nenhuma explicação, mas segundo elas, “já se sabem os motivos”. Conformam-se espaços restringidos, de certa forma “proibidos” para outro setor da população. Embora não haja barreiras físicas, há “muralhas simbólicas”, nos termos de Saraví (2008).

A distância dos predinhos em relação à área central da cidade é de aproximadamente cinco quilômetros, menor, por exemplo, que em relação ao condomínio Village do Lago, no extremo norte da cidade, a oito quilômetros, próximo ao shopping center e do aeroporto. Lá as entregas são feitas sem restrições, como verificamos em outro momento da pesquisa, quando incluímos nas análises os espaços residenciais fechados de médio e alto padrões. Ou seja, o que caracteriza a relação é mais uma “distância social, simbólica” (SPOSITO e GÓES, 2013) do que territorial.

Outro ponto importante que pudemos analisar com base em algumas narrativas, e na própria situação de entrevista com Sonia, moradora do Novo Oeste, foi que uma das primeiras perguntas do roteiro de entrevista é: “O que você acha sobre seu bairro, do conjunto habitacional?”. E mais adiante pedimos uma descrição. No primeiro momento, Sonia já disse: “lá não é violento como todo mundo fala”. Isso fez com que mudássemos o roteiro de entrevista e já começássemos com as questões relacionadas a isso.

Essa resposta inicial de Sonia foi bastante significativa no contexto da pesquisa, uma vez que em uma situação de entrevista existem os níveis de interação (LINDÓN, 2006) entre pesquisadores e pesquisados. Um deles se refere à imagem que cada um deseja passar para o outro ao longo da entrevista. No caso de Sonia, ficou evidente que ela gostaria de desfazer, ainda que por meio de nós, que estávamos entrevistando, a imagem de lugar perigoso atribuído aos predinhos. Combinado a isso, a presença dos estigmas foi uma afirmativa que permeou toda a entrevista, ainda que em muitas questões, de forma indireta. “La impresión es que las diversas estigmatizaciones están distribuidas en concordancia con la segregación del espacio urbano, y por lo tanto que los sujetos depositarios de estos estigmas no son conscientes de ellos, sino que sólo son parte del inconsciente colectivo de nosotros”. (SARAVÍ, 2008, p. 104).

Nas entrevistas que realizamos há uma tendência de traçar uma linha entre nós e os outros moradores, entre elas e os outros, sobretudo moradores de blocos mais distantes em

relação àqueles em que elas moram. Como evidenciado nas narrativas de Mirian, Carmen e Sonia, a primeira descrição que fazem de seus espaços de moradia nega os estigmas territoriais. Isso mostra uma consciência da existência deste elemento pelas entrevistadas. Valorizaram nas falas a tranquilidade e pacíficas relações de vizinhança e, por conseguinte, uma relativização dos atributos negativos dos predinhos. Elas reconhecem que é um espaço tranquilo para elas, mas não para todos os moradores. Em outros condomínios há muitos problemas, como conflitos de vizinhança, ocupações irregulares dos apartamentos<sup>19</sup>, comercialização de drogas, etc.

Então, no particular eu não tenho nada do que reclamar, porque a gente já viu várias coisas em outros [blocos], mas no meu, assim, é tão sossegado que a gente vê que nem aparece nas mídias. Eu descreveria que eu estou muito feliz, satisfeita em morar lá, e que eu adoro estar lá. (Carmen, 37 anos, moradora do Novo Oeste).

Mesmo dentro dos espaços representados como homogêneos, as periferias, tidas por não moradores como perigosas, áreas “proibidas”, o que verificamos com o desenvolvimento da pesquisa foi uma complexa rede de relações, representações e práticas espaciais que dizem o contrário conforme aqueles que vivem aquele espaço e o produzem diariamente. Tanto os predinhos quanto os entornos são cotidianamente modificados por novas construções, refuncionalizações, abertura de comércios e serviços informais, que tecem tramas sociais e constituem o espaço urbano denso e complexo que dificilmente será explicado por teses polarizadoras e dicotômicas, mas que nos exige olhares sensíveis para compreender as relações políticas e sociais que os constroem e constituem.

Ainda que a produção das representações sociais seja ativa quanto aos predinhos, as barreiras físicas e simbólicas da segregação socioespacial não são impermeáveis: suas fissuras evidenciam a fragilidade da coesão social e as tensões desencadeadas por uma sociedade socioespacialmente desigual. Desconsiderar os estigmas que as corporeidades carregam ao sair de seus espaços de moradia é simplificar um processo urbano composto por camadas de complexidades que não se explicam pela objetividade do processo de segregação socioespacial.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

---

O que se coloca são duas situações: de um lado, a periferia viva, dinâmica, com

---

<sup>19</sup> A pesquisa de Almeida (2021) revelou um processo de saída de alguns apartamentos pelas famílias contempladas. Isso se deve, de modo geral, às dificuldades que enfrentam no espaço de moradia, sobretudo pelo seu modelo vertical e condominial.

problemas sociais, mas também com potencialidades na vida cotidiana; de outro, os estigmas territoriais e representações sociais homogeneizantes em relação aos espaços periféricos – neste caso, em relação aos “predinhos”. Não pretendemos, com o uso do termo, reforçar os estigmas existentes, mas, ao dar voz às moradoras que vivenciam o espaço e narram as dinâmicas da vida cotidiana, ele se carrega de sentidos que são próprios para elas, sentidos que, sim, incluem os estigmas dos outros, mas também as próprias vivências e representações delas.

Por meio da pesquisa, vemos o quão difícil é alcançar uma visão totalizante e generalizadora que permita construir modelos, teorias e leis gerais em relação à cidade. A ideia central é valorizar a diversidade de experiências espaciais que acontecem na vida cotidiana dos sujeitos sociais. Assim se justifica nossa escolha metodológica, que tiveram as entrevistas como principal instrumento de geração de informações – estas que não são, por si mesmas, respostas às perguntas da pesquisa (KAPP, 2020), mas tomam sentido quando são interpretadas e analisadas em conjunto com outros dados e aportes teóricos.

Buscamos tratar da dimensão subjetiva da segregação socioespacial, em que os dados e índices quantitativos não geram repertórios suficientes para nossas análises, uma vez que não se trata apenas do local da cidade em que os conjuntos habitacionais foram instalados, mas das experiências espaciais das entrevistadas tanto nos próprios espaços de moradias quanto fora deles, em outros lugares da cidade. Isso quase sempre exige estratégias sociais para “driblar” os estigmas territoriais que carregam por serem moradoras dos predinhos. É isso que a abordagem da dimensão subjetiva do processo nos permite reconhecer: os múltiplos espaços e representações sociais que compõem a cidade e os cidadãos e como isso influencia as formas de vivências e experiências espaciais de cada sujeito social, os jogos cotidianos necessários.

O “olhar de perto e de dentro”, ou seja, as análises das experiências urbanas feitas com base nos arranjos dos próprios sujeitos sociais, seus trânsitos, formas de sociabilidade, deslocamentos, apropriações, encontros e trocas no espaço urbano é capaz de revelar padrões de comportamentos não de indivíduos atomizados, “destinados ao nada”, nos termos de Martins (2001), mas dos múltiplos, dos variados (MAGNANI, 2002). A abordagem dos ritmos e camadas de complexidades da segregação socioespacial depende da escala de análise que se considere. Nesta pesquisa, que optou pela escala do cotidiano, foi possível apreender e analisar os aspectos subjetivos e, por conseguinte, o quanto isso é construído no dia a dia e interfere nas vivências das moradoras entrevistadas.

O desafio que se coloca nos estudos acerca da segregação socioespacial e das periferias

é a necessidade de incorporar a complexidade do processo. Possivelmente o ponto de partida seja questionarmos as dimensões redutoras que se têm dado a ela como se fosse um fenômeno congelado em que os sujeitos sociais não vivessem também em movimento na cidade ao mesmo tempo em que vivem e fazem a periferia (HIERNAUX E LINDÓN, 2004) em sua pluralidade. Os estigmas territoriais não são somente fontes de desvantagens, mas são ao mesmo tempo instrumentos de diferenciação social e, sobretudo, expressão de uma violência simbólica que reproduz e consolida as relações de poder espacializadas e as desigualdades da estrutura social que em muitas circunstâncias são naturalizadas na cidade.

## 5. REFERÊNCIAS

---

ABREU, Marlon Altavini de; STOIAN, Victor Chirillo de Oliveira. Produção habitacional e o novo mapa das desigualdades socioespaciais em cidades médias a partir do programa MCMV: Londrina e Ribeirão Preto. In: **Caderno Prudentino de Geografia**, n. 41, v. 4, p. 60-84, 2019.

ALMEIDA, Rubenita Martins de. **A segregação socioespacial em Três Lagoas/MS: uma análise a partir dos conjuntos habitacionais verticais Novo Oeste e Orestinho**. Dissertação de Mestrado. Três Lagoas, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2021.

AGIER, Michel. Do direito à cidade ao fazer-cidade. O antropólogo, a margem e o centro. In: **Mana**. 2015, vol.21, n.3, pp.483-498.

AZEVEDO, Sérgio de; ANDRADE, Luis Aureliano Gama de. **Habitação e Poder: Da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional Habitação**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2011.

BONI, Valdete; QUARESMA, Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. In: **Revista Eletrônica dos Pós Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, Vol. 2, n 1 (3), janeiro-junho/2005, p. 68-80.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 11<sup>a</sup> ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

COLOGNESE, Silvio Antônio; MELO, José Luiz Bica. **A técnica de entrevista na pesquisa social**. Cadernos de Sociologia, Porto Alegre, v. 9, p.143 – 159, 1998.

CORREA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. 3<sup>a</sup> ed. São Paulo: Editora Ática, 1995.

D'ANDREA, Tiaraju. Contribuições para a definição dos conceitos periferia e sujeitas e sujeitos periféricos. **Novos estudos CEBRAP**, 39, 2020.

DESLANDES, Suely; COUTINHO, Tiago. Pesquisa social em ambientes digitais em tempos de COVID-19: notas teóricas-metodológicas. IN: **Cadernos de Saúde Pública**, v.36, n.11, p. 1-11, 2020.

GIBBS, Braham. **Análise de dados qualitativos**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. 13 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HIERNAUX, Daniel; LINDÓN, Alicia. La periferia: voz y sentido en los estudios urbanos. In: **Papeles de Población**. Ciudad de México, 2004, año 10, n. 42, p. 101-123.

JIRON, Paola; LANGE, Carlos; BERTRAND, María. Exclusión y desigualdade espacial: retrato desde la movilidad cotidiana. In: **Revista Invi**. v. 25 n. 68, 2010.

JIRÓN, Paola; MANSILLA, Pablo. Las consecuencias del urbanismo fragmentador en la vida cotidiana de habitantes de la ciudad de Chile. **Revista Eure**, vol 40, n. 121. p. 05-28, set. 2014.

KAPP, Silke. Entrevistas na pesquisa sócio-espacial In: **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 22, 2020.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LINDÓN, Alicia. Geografías de la vida cotidiana. In: \_\_\_\_\_; HIERNAUX, Daniel; BERTRAND, Georges (Orgs.). Tratado de geografia humana. Barcelona: Anthropos, 2006.

MAGNANI, J. G. C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 17, n. 49, p.11-29, junho 2002.

MARICATO, Ermínia. **As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias**. Planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. A cidade do pensamento único. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MELAZZO, Everaldo S. Interações, combinações e sinergias: produção do espaço urbano, dinâmicas imobiliárias e o programa minha casa minha vida em cidades médias brasileiras. In: BELLET, Carmen. MELAZZO, Everaldo S. SPOSITO, Maria E. B. LLOP, Josep M. (org.) **Urbanização, produção e consumo em cidades médias/intermediárias**. Universidade Estadual Paulista - Presidente Prudente, Edicions de la Universitat de Lleida, Presidente Prudente y Lleida, 2015.

MILANI, Patrícia Helena; ALMEIDA, Rubenita Martins de. Segregação socioespacial na vida cotidiana de moradores de conjuntos habitacionais em Três Lagoas-MS. In: CALIXTO, M. J. M. S.; BERNADELLI, M. L. F. H.; SILVA, P. F. J. (Orgs.). **Da produção da cidade à produção da habitação: abordagens a partir do Estado de Mato Grosso do Sul**. Campo Grande, Life Editora, 2021. p. 19-47.

RISEK, C. S. AMORE, C.S. Viver na cidade, fazer cidade, esperar cidade. Inserções urbanas e o Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades: incursões etnográficas. AMORE, C. S.; SHIMBO, L. S.; RUFINO, M. B. C. (Orgs.). **Minha casa... E a cidade?** Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em Seis Estados Brasileiros. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015, p. 289-322.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas cidades brasileiras**. São Paulo: Contexto, 1998.  
SARAVI, Gonzalo A. Mundos aislados: segregación urbana y desigualdade en la ciudad de Mexico. **Revista Eure**, vol. XXXIV, n. 103, p. 93-110, dezembro de 2008.

SARLO, Beatriz. **La ciudad vista: mercancías y cultura urbana**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2009.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa socio-espacial**. Bertrand Brasil, 2015.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismos e Urbanização**. Rio de Janeiro. Editora Contexto, 1988.

\_\_\_\_\_. Loteamentos fechados em cidades médias paulistas - Brasil. In: SPOSITO, Eliseu; SPOSITO, Maria Encarnação; SOBARZO, Oscar. (Org.). **Cidades médias: produção do espaço urbano e regional**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

\_\_\_\_\_. GÓES, Eda Maria. **Espaços fechados e cidades: insegurança urbana e fragmentação socioespacial**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

TURRA NETO, Nécio. Pesquisa qualitativa em Geografia. In: XVII Encontro Nacional de Geógrafos, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte, 2012.

#### *Sites*

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa do Mercado Imobiliário. SECOVI/SP; São Paulo, jan. 2019. Disponível em: <<http://www.secovi.com.br/downloads/pesquisas-e-indices/pmi/2019/arquivos/201901-pmi.pdf>>. Acesso em: 21 mar. 2019.

IBGE – CENSO DEMOGRÁFICO 2010. <<http://www.brasileirosnomundo.itamaraty.gov.br/a-comunidade/estimativas-populacionais-das-comunidades/estimativas-do-ibge/censo-demografico-ibge-2019.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2021.

\_\_\_\_\_. <<https://brasilemsintese.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 30 mar.2019.

\_\_\_\_\_. <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/68/cd\\_1960\\_v1\\_t17\\_mt.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/68/cd_1960_v1_t17_mt.pdf)>. Acesso em: 30 mar.2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS LAGOAS/MS Disponível em: <<http://www.treslagoas.ms.gov.br/prefeitura-reforca-criterios-para-cadastro-de-candidatos-ao-programa-minha-casa-minha-vida/>>. Acesso em: 30 mar. 2019.